

JUDICIÁRIO

Alexandre de Moraes considera que plataformas falharam na autorregulação. Dias Toffoli salienta que big techs não podem ser tolerantes com ilegalidades

Para ministros, redes são brandas com crimes

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, ontem, o julgamento sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet — que trata da responsabilidade das plataformas sobre conteúdos postados pelos usuários. E os ministros da Corte deram indicações de que vão derrubá-lo, o que obrigará as big techs a se empenharem por retirar algum conteúdo postado antes mesmo de qualquer ação judicial determinando a remoção ou apontando que a publicação é criminosa.

As críticas dos ministros que se manifestaram foram contundentes. Alexandre de Moraes — um dos principais alvos da extrema-direita nas redes sociais — afirmou que as plataformas falharam em se autorregular. Ele defendeu que a Justiça e a lei devem impor regras para a atuação das big techs para impor limites ao discurso de ódio e à violência on-line.

“Esse discurso de baixa qualidade, discurso de ódio, bullying, existe no mundo todo e repito que, infelizmente, a autorregulação faliu. É importante que se preserve a dignidade da pessoa humana e, no caso de atentados contra a democracia, que se preserve o Estado Democrático de Direito”, comentou, durante o voto do ministro Dias Toffoli.

Moraes tinha feito uma explanação sobre os abusos e as omissões das redes sociais na semana passada. Ressaltou que as depreciações de 8 de janeiro de 2023 revelam que as redes podem ser usadas para propagação do ódio e da violência. “O 8 de janeiro demonstrou a total falência do sistema de autorregulação das plataformas. É faticamente impossível defender, após o 8 de janeiro, que o sistema de autorregulação funciona. Falência total e absoluta, instrumentalização e, lamentavelmente, parte de convivência. As pessoas fazendo vídeo, chamando gente para destruir e as redes não

Fotos: Rosinelei Coutinho/SCO/STF



Esse discurso de baixa qualidade, de ódio, existe no mundo todo e repito que, infelizmente, a autorregulação faliu. É importante que se preserve a dignidade da pessoa humana e, no caso de atentados contra a democracia, que se preserve o Estado Democrático de Direito”

Ministro Alexandre de Moraes

tiravam. Tudo monetizado. Não adiantando voto, não venham dizendo que isso é ser contra a liberdade de expressão. Tem limite a liberdade de expressão quando ela coloca em risco a sociedade”, reforçou Moraes.

Toffoli foi na mesma direção. “Parece-me evidente que o regime de responsabilidade dos provedores de aplicação por conteúdo de terceiros, previsto no

artigo 19 do MCI, é inconstitucional. Seja porque, desde sua edição, mostra-se incapaz de oferecer proteção efetiva aos direitos fundamentais, seja porque não é apto a fazer frente aos riscos sistêmicos que surgiram nesses ambientes a partir do desenvolvimento de novos modelos de negócios”, salientou.

O ministro citou aspectos que mostram que a legislação, como



O Supremo é enfático quanto à necessidade de proteger o pluralismo de ideias e opiniões, mesmo que divergentes, a fim de manter condições adequadas e saudáveis do funcionamento do regime democrático. O que não dá é para proteger o crime, o ilícito”

Ministro Dias Toffoli

está, não protege os direitos da população. “O Supremo Tribunal Federal é enfático quanto à necessidade de proteger o pluralismo de ideias e opiniões, mesmo que divergentes, antagônicas e minoritárias, a fim de manter condições adequadas e saudáveis do funcionamento do regime democrático. O que não dá é para proteger o crime, o ilícito”, advertiu.

Andrei rebate Lira sobre inquéritos

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), delegado Andrei Rodrigues, reagiu, ontem, às críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que se opõe aos inquéritos abertos para apurar supostos crimes cometidos por deputados que fizeram críticas à atuação da corporação policial. Em um café da manhã com jornalistas, ele disse que as reclamações do deputado não vão atrapalhar a apuração da PF.

Lira protestou contra os indiciamentos de Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Cabo Gilberto Silva (PL-PB). “Não vamos afastar um milímetro daquilo que nos pauta,

que é a Constituição e as leis. Isso é o que pauta todas as nossas investigações e nos dá a capacidade de dar respostas ao sistema de Justiça criminal”, disse Andrei.

Van Hattem acusou o delegado federal Fábio Alvarez Shor de abuso de autoridade e de fraudar relatórios. O policial atua em investigações envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, incluindo o inquérito que apura a tentativa de golpe de Estado.

“Sabe o que todos esses (investigados) têm em comum? Todos esses perseguidos pela PF? Todos eles divulgaram foto de mais um abusador de autoridade da PF, Fábio Alvarez Shor”,

disse Van Hattem, no plenário da Câmara, em agosto. “Não tenho medo de falar e repito. Quero que as pessoas saibam, sim, que é esse dito policial, que fez vários relatórios absolutamente fraudulentos contra pessoas inocentes”, acusou o parlamentar gaúcho.

No fim de novembro, Lira se opôs ao indiciamento de deputados por causa de discursos no Parlamento. “Não se pode cercar o direito fundamental ao debate e à crítica em tribuna, mediante ameaças de perseguição judicial ou policial. O Parlamento não é e não pode ser alvo de ingerências externas que

venham a coibir o exercício livre do mandato”, disse.

“Tenho profundo respeito ao Parlamento. Estive lá algumas vezes, tenho conversado com o presidente Arthur Lira, com o presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco. Mas precisamos separar claramente aquilo que é liberdade de expressão, que é prerrogativa do parlamentar em relação à sua fala, às suas opiniões, do cometimento de crime”, frisou Andrei, acrescentando que a imunidade parlamentar não é um “direito absoluto”, pois a Constituição protege o direito à honra.

PEC DAS PRAIAS

Governistas manobram e emperram tramitação

» JULIA PORTELA

Uma manobra dos parlamentares governistas emperrou a tramitação da chamada PEC das Praias. Senadores pediram vista, ontem, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Casa que avaliava a matéria — que, agora, não tem prazo para voltar à pauta do colegiado.

Antes de os senadores pedirem vista coletivamente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator da PEC, leu seu parecer favorável. Segundo ele, o governo conseguirá angariar R\$ 185 bilhões, se a proposta for aprovada. O temor, porém, é que caso

a emenda constitucional passe, haja a interdição ao livre acesso ao litoral.

“As praias são bens públicos, de uso comum do povo, sendo assegurado sempre livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido”, frisou Flávio.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) rebateu a posição do relator. “[A PEC] condiciona ao plano diretor, o que pode ser ou que não pode ser de livre acesso. Portanto, ele piora o projeto de lei dele. Os ricos, que mais têm terreno de Marinha, guardando e fazendo especulação imobiliária, ficam livres de pagar o laudêmio e ficam livres de indenizar

Ed Alves/CB/D.A Press



Eliziane: PEC ameaça as comunidades nativas que vivem perto às praias

a União. O setor empresarial tem milhares de metros quadrados à beira-mar”, observou.

A PEC propõe a venda de áreas à beira-mar que pertencem à União para a iniciativa privada. Atualmente, é permitido que pessoas e empresas usem esses “terrenos de Marinha” desde que paguem impostos específicos.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA), uma das autoras do pedido de vista, afirmou que a

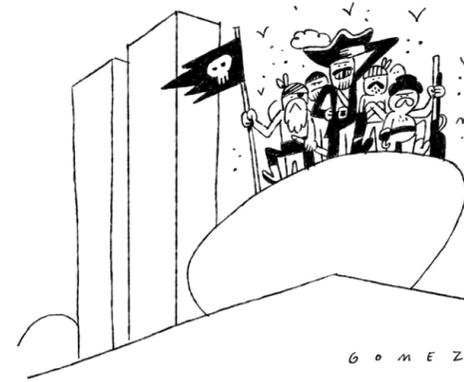
PEC significa a “privatização indireta” das praias. “Some-se a essas consequências o fato de que muitas áreas passíveis de privatização indireta são zonas de comunidades tradicionais, que dependem dos recursos marinhos para sua subsistência. Essas comunidades vivem, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade e podem, inclusive, ser expulsas se a proposta passar”, advertiu.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Alguma coisa está fora da ordem no Congresso

Uma canção de Caetano Veloso diz assim: “Eu não espero pelo dia/ Em que todos/ Os homens concordem/ Apenas sei de diversas/ Harmonias bonitas/ Possíveis sem juízo final/ Alguma coisa/ Está fora da ordem/ Fora da nova ordem/ Mundial”.

Quando a gente olha para a política e a economia brasileiras, a impressão é exatamente essa, embora a ordem mundial esteja uma bagunça, nesse interregno entre a eleição de Donald Trump e o final de mandato do Joe Biden nos Estados Unidos.

No Congresso, economia e política estão juntas. Novas regras para as emendas parlamentares estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) exigem transparência e rastreabilidade das emendas, conforme as diretrizes constitucionais do Orçamento da União. O governo só liberou R\$ 7,8 bilhões em emendas, dos R\$ 25 bilhões que estavam sustados pelo STF. O restante precisa cumprir as novas regras.

Em retaliação, os deputados do baixo clero, principalmente os do PSD e do União Brasil, partidos que participam do governo, resolveram boicotar a aprovação do ajuste fiscal proposto pelo governo e negociado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com os líderes e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O governo conseguiu assinaturas para votar o pacote em regime de urgência, mas ontem Lira avaliou que não existe maioria para aprovar o pacote: “Hoje, o governo não tem os votos nem para aprovar as urgências. Não tenho dúvida de que o Congresso não vai faltar, mas está num momento de muita instabilidade”, justificou.

Por trás da barganha, há muita insatisfação com as mudanças nas regras do jogo, que davam poderes extraordinários para os deputados manipularem R\$ 52 bilhões em emendas de acordo com seus interesses. Não se sabe quem é o autor nem a destinação específica de boa parte desses recursos. Os deputados mandavam o dinheiro para os prefeitos gastarem como quisessem, sem deixar rastro.

Se antes eram os deputados e senadores que os procuravam, agora são os ministros que procuram os parlamentares para conseguir verbas para seus projetos prioritários. Ocorre que as prioridades dos parlamentares são seus interesses de clientela — de parte de alguns, a ampliação do próprio patrimônio. Uma das razões de o Supremo ter sustado a execução das emendas é o fato de que mais de 10 parlamentares federais estão sendo investigados, em sigilo de Justiça, por causa de desvio de verbas de emendas.

A ironia da situação é que o mercado financeiro, agora, está se dando conta de que seu maior problema não é o ministro Fernando Haddad — são os políticos do Centrão. Muito da alta do dólar tem a ver com a desconfiança de que a maioria do atual Congresso não está interessada no equilíbrio fiscal. Gosta mesmo é de privilégios.

Pobreza e crescimento

A propósito, parece que o mundo vai acabar, quando se olha para o Congresso e o mercado financeiro. Entretanto, em 2023, o Brasil alcançou os menores níveis de pobreza e extrema pobreza da série histórica iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O parâmetro internacional para medir a pobreza, definido pelo Banco Mundial (Bird), é de uma renda de até US\$ 6,85 por pessoa por dia. No Brasil, cerca de R\$ 665 por mês são considerados como situação de pobreza. O de extrema pobreza é de uma renda de até US\$ 2,15 por dia. Ou então, cerca de R\$ 209 mens.

Entre 2022 e 2023, 8,7 milhões de pessoas saíram da pobreza no país. O número total recuou de 67,7 milhões para 59 milhões — menor contingente desde 2012. Em proporção, passou de 31,6% para 27,4% da população. No mesmo período, 3,1 milhões de pessoas também saíram da extrema pobreza. Esse contingente recuou de 12,6 milhões para 9,5 milhões, chegando ao menor patamar desde 2012. Em termos percentuais, a queda foi de 5,9% para 4,4% da população.

Mas a contradição não para por aí. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o Brasil deve ter um incremento de 3% no PIB. Os setores que mais contribuíram para esse crescimento registrado entre julho, agosto e setembro no Brasil foram os serviços (alta de 0,9%) e a indústria (alta de 0,6%). Na área de serviços, “houve expansões em informação e comunicação (2,1%), outras atividades de serviços (1,7%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,5%), atividades imobiliárias (1,0%), comércio (0,8%), transporte, armazenagem e correio (0,6%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,5%)”. Na indústria, destaca-se o crescimento de 1,3% nas indústrias de transformação.

O relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta crescimentos sólidos em quesitos, como consumo das famílias (aumento de 4,5% no terceiro trimestre), Formação Bruta de Capital Fixo (FBCE +9,7%), exportação (+2,4%) e importação (+20,2%). Entretanto, há uma preocupação com o aumento de preços no país.

No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação atingiu o patamar de 4,77%, puxada pelo aumento nos alimentos e nas tarifas de energia elétrica. Por causa disso, alguns defendem uma política recessiva. Assim, seria mais fácil controlar a inflação — bastaria subir os juros ainda mais. Para o mercado financeiro, isso é música, por causa dos títulos públicos.